



## > > Oportunidades e desafios das ferramentas digitais na prevenção à corrupção

Ao longo dos últimos anos, avanços tecnológicos baseados nas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), têm fomentado a criação e o desenvolvimento de diversas ferramentas digitais que auxiliam governos e cidadãos a detectar, analisar, investigar, prever e monitorar casos de corrupção e fraude. Podemos destacar nos setores financeiro e tributário a [inteligência artificial](#) já sendo utilizada para detectar casos de branqueamento de capitais, evasão fiscal e atividades fraudulentas. Como exemplo, a [análise de uma grande quantidade de dados](#) – *big data* – auxiliou uma rede mundial de jornalistas investigativos a descobrir escândalos de corrupção, como os recentes Pandora Papers. Por sua vez, a tecnologia [blockchain](#) também se destaca com o potencial de promover transparência e segurança em registros de imóveis e outras transações comerciais.

A tendência é que essas e outras ferramentas sejam aprofundadas ao longo dos próximos anos, segundo apresentou o estudo recém publicado do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, denominado [“Novas Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas sobre integridade, confiança e anticorrupção”](#). O estudo do PNUD apresenta, ainda, recomendações para os governos aproveitarem os benefícios dessas tecnologias para o fomento à integridade, confiança e ações anticorrupção, enquanto indica sugestões para minimizar os riscos de seus abusos e usos indevidos.

A publicação de [dados governamentais em formato aberto](#) têm ajudado a promover instituições e sistemas de governança mais eficazes, responsáveis e inclusivos. No momento em que dados governamentais são publicados sem restrições legais ou técnicas, e em formatos legíveis por máquinas, abrem-se possibilidades de criar e melhorar ferramentas para o combate à corrupção. Os dados publicados em formato aberto possibilitam a quem está fora do governo – cidadãos, ONGs e empresas – poderem apontar irregularidades nas contratações e serviços

governamentais e até indicar melhorias nos serviços públicos. Todavia, para tanto, apenas a publicação de dados em formato aberto pode não ser uma política totalmente eficiente. Investir e apoiar aqueles que estão fora do governo para examinar os dados públicos e propor melhorias, especialmente representantes da academia e da sociedade civil, é o passo seguinte que deve ser fomentado pelos governos.

A tecnologia de [blockchain](#) – bases permanentes de registros e dados, distribuídas e compartilhadas de forma altamente segura – possuem o potencial de dificultar a manipulação de dados por agentes mal intencionados e a realização de atividades fraudulentas devido à sua transparência, imutabilidade, verificabilidade e segurança. Essas qualidades podem ser de grande valia para garantir a integridade em setores e áreas administrativas governamentais suscetíveis à corrupção e à fraude, tais como registro de imóveis, verificação de documentos e de certidões públicas.

Por outro lado, a *blockchain* também abriu caminho para o desenvolvimento das criptomoedas, largamente utilizadas por criminosos, e sua recente [associação aos NFTs](#). Sigla em inglês para *token* não fungível, os NFTs são peças virtuais de informação exclusivas (itens de jogos, projetos, peças gráficas, obras artísticas etc.), com autenticidade garantida através da *blockchain*. A recente união das NFTs com o [pouco regulamentado mercado de belas artes](#) tem sido um dos maiores desafios ao combate ao branqueamento de capitais no mundo.

Nos “mercados virtuais” de NFTs indivíduos compram e vendem itens cujo valor “justo” de mercado é difícil de ser determinado, e o fazem exclusivamente com transações por criptomoedas – com processos de rastreio e de identificação do proprietário da conta altamente complexos. E esses “mercados” permanecem ainda sub-regulamentados na maioria dos países. Por causa do risco excepcionalmente alto de fraude representado por esses ativos digitais, os governos devem emitir orientações de conformidade anti-branqueamento de dinheiro específicas para NFTs.

As [aquisições públicas em formato eletrônico](#) (*e-procurement*), em substituição aos procedimentos em papel, também tenderão a ser mais comuns nos próximos anos. Além de reduzir custos administrativos e proporcionar uma maior celeridade, também é possível aumentar a transparência, facilitar o monitoramento, incentivar competição transfronteiriça e apoiar uma administração de compras centralizadas. Neste último ponto, é importante ressaltar que essa centralização também possibilita a reunião de informações integradas, tal como um

“balcão único” para interessados em vender para o setor público, facilitando o processamento eletrônico dos processos de aquisição e, por conseguinte, a redução de fraudes.

Muitas outras ferramentas e tecnologias para prevenção à corrupção são citadas pelo estudo do PNUD e outras fontes, como o uso de [inteligência artificial](#), [aprendizagem por máquina](#) (*machine learning*), [decisões baseadas em algoritmos](#), [internet das coisas](#) e a intensificação do [uso de drones e veículos autônomos](#) em auditorias públicas.

Entendemos que as inovações tecnológicas para a prevenção à corrupção podem oferecer novas formas para a promoção da transparência, responsabilidade e integridade, ajudando governos a encontrar respostas para a erosão da confiança pública e o enfraquecimento do contrato social que se agravou nos últimos anos, forjando um contrato social mais inclusivo. Entretanto, é importante também ressaltarmos alguns pontos de atenção: pouco se tem discutido acerca dos investimentos necessários para prover e manter a infraestrutura que sustenta essas ferramentas. Muitas vezes é necessária a aquisição de equipamentos com alto valor, fornecidos por poucas empresas altamente especializadas. O treinamento dos recursos humanos para operar e manter tais sistemas também pode ser algo que demande um tempo considerável. São riscos e cálculos que devem ser levados em conta na promoção dessas ferramentas inovadoras.

Ademais, uma [governança digital eficaz](#), que inclua regulamentações que promovam a transparência e o controle social, é necessária para garantir a ética e a integridade na implementação dessas inovações, garantindo que elas sejam inclusivas e centradas nas pessoas - promovendo a inclusão de todos os governos e cidadãos. Casos de [vulnerabilidades](#) e [abusos](#) têm sido reportados como riscos relevantes. Compreender as oportunidades das ferramentas digitais para a prevenção à corrupção, assim como seus riscos, será um dos grandes desafios dos governos nos próximos anos.